



ACÓRDÃO Nº 550/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11078/2014.

Apenso: Processo nº 11138/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Carauari.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Sr. José Edinázio Felinto Cândido, Presidente da Câmara Municipal de Carauari e Ordenador de Despesa.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 30/2015 (fls. 484/511).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1177/2015-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 515/529).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Carauari. Exercício 2013.

Contas irregulares. Procedência da Representação. Multas. Prazo. Inscrição dos débitos na Dívida Ativa. Recomendações à Origem. Envio de cópias ao MPE. Ciência aos vereadores da Câmara Municipal de Carauari. Determinação a próxima comissão de inspeção.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular, nos termos do artigo 22, alíneas III, “b”, § 1º da Lei Estadual nº 2423/96 (LO/TCEAM), a Prestação de Contas, relativa ao exercício de 2013, de responsabilidade do Senhor **José Edinázio Felinto Cândido**, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Carauari, à época;

9.2- Julgar procedente (autos apensos n.º 11.138/2014) a Representação formulada pelo eminente Ministério Público de Contas em virtude da ausência de alimentação do Portal da Transparência conforme determina a Lei Complementar n.º 101/00;

9.3. Multar o Senhor **José Edinázio Felinto Cândido**, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Carauari, à época, no montante de **R\$19.384,12** (dezenove mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), na forma que segue:

9.3.1. Em R\$ 4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos) (art. 308, II, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM) devido à remessa intempestiva de dados por meio do sistema ACP (janeiro a abril de 2013);



ACÓRDÃO Nº 550/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.3.2. Em **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais) (art. 308, VI, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM) em razão das seguintes impropriedades:

a) Afronta à regra do art. 73-B da Lei de Responsabilidade Fiscal, haja vista a ausência de alimentação do Portal da Transparência;

b) Afronta ao disposto no art. 101, §3º e §4º da Lei Orgânica do Município, bem como ao princípio da eficiência e ao dever de julgamento de contas, por não ter sido realizada até a presente data o julgamento das Contas da Prefeitura de dos exercícios de 2003, 2004, 2006, 2008 e 2009;

c) Afronta ao art. 116 e ao art. 117 da Lei Orgânica do Município, haja vista a compra excessiva de material de limpeza, somada a total ausência de cadastro e registro em livro próprio dos bens, implicando o reconhecimento de ato de gestão temeroso e ilegal do gestor municipal;

d) Afronta ao art. 37, II e V da CF/88, considerando a admissão de pessoal sem a devida observância ao princípio do concurso público e a indevida nomeação para cargos de provimento em comissão para atividades não associadas à assessoria, à chefia e à direção e restrições apontadas no Laudo Técnico Conclusivo, como seguem:

d1) Justificar o motivo da existência de restos a Pagar/2013 no montante de R\$128.953 69, considerando a disponibilidade de Banco que totalizou R\$ 139.327.35, que foram contabilizados no Balanço Financeiro 2013, suficiente para liquidação e pagamento das referidas despesas (RAP);
Restrição nº 03 do Rel. Concl. DICAMI;

d2) Esclareça a que se refere a inclusão na relação de Restos a Pagar/2013, das seguintes despesas: (**Restrição nº 04 do Rel. Concl. DICAMI**);

NE	CREDOR	VALOR
92	Prefeitura Municipal de Carauari	27.101,34
93	Prefeitura Municipal de Carauari	100.000,00

d3) Ausência de um representante designado pela Administração para o acompanhamento de todos os contratos e seus Aditivos, bem como os relatórios de execução do mesmo ao Prefeito Municipal (art. 67 da Lei nº 8.666/93); **Restrição nº 08 do Rel. Concl. DICAMI;**

9.4. Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das sanções discriminadas no subitem 9.3 deste Acórdão aos cofres da Fazenda Pública Estadual, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora, devidos, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, *caput*, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.5. Autorizar, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos **débitos na Dívida Ativa** pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 550/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.6. Fixar prazo de 30 (trinta) dias à Câmara Municipal epigrafada, sob pena de aplicação de cláusula penal por dia de descumprimento, para que sejam adotadas as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei Complementar nº101/2001, com as modificações da LC 131/2009, no que tange à atualização do Portal de Transparência;

9.7. Recomendar à origem que observe mais atentamente as normas legais aplicáveis a espécie em especial a Lei Complementar nº 06/91, Resolução nº 06/2001, Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 8.666/93 e Lei nº 4320/64;

9.8. Enviar cópias dos autos e deste Acórdão ao Ministério Público Estadual para fazer, caso assim entenda, a representação judicial por Improbidade Administrativa;

9.9. Dar ciência aos vereadores da Câmara Municipal de Carauari acerca de todas as ilegalidades examinadas nestes fólios, para que adotem as medidas que entenderem cabíveis.

9.10. Determinar que a próxima comissão de inspeção verifique se foram cumpridas as determinações e recomendações desta Corte.

10- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 05 de Agosto de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral